



1º SIMULADO  
**PGM RJ  
e CM RJ**  
Pós-edital (Procurador)

# Sumário

PGM e CM do Rio de Janeiro.....	3
<i>Direito Processual Civil</i> .....	3
Questão 1. ....	3
Questão 2. ....	3
<i>Direito Administrativo</i> .....	4
Questão 1. ....	4
Questão 2. ....	5
<i>Direito Constitucional</i> .....	6
Questão 1. ....	6
Questão 2. ....	6
<i>Direito Civil</i> .....	7
Questão 1. ....	7
<i>Direito Empresarial</i> .....	8
Questão 1. ....	8
<i>Direito Financeiro</i> .....	9
Questão 1. ....	9
<i>Direito Tributário</i> .....	9
Questão 1. ....	9
<i>Direito do Trabalho e Processual do Trabalho</i> .....	10
Questão 1. ....	10
<i>Direito Previdenciário</i> .....	11
Questão 1. ....	11

# **1º SIMULADO DISCURSIVO GERAL**

## **PGM E CM DO RIO DE JANEIRO**

### **DIREITO PROCESSUAL CIVIL**

#### **Questão 1.**

Barbosa Moreira entende que a coisa julgada não é um efeito da sentença, tampouco uma qualidade que se agraga aos efeitos. Para o doutrinador, a coisa julgada é a qualidade que torna o conteúdo da decisão imutável e indiscutível. Para superar a imutabilidade e a indiscutibilidade do julgado já transitado, há alguns instrumentos jurídicos possíveis.

Cite, ao menos, 4 possibilidades de superação da coisa julgada material.

(12 linhas)

#### **RESPOSTA**

1.	
2.	
3.	
4.	
5.	
6.	
7.	
8.	
9.	
10.	
11.	
12.	

#### **Questão 2.**

Suponha-se que o Município do Rio de Janeiro seja condenado em uma obrigação de pagar quantia certa de R\$799.000,00, bem como a uma obrigação de fazer. Indignado, o ente público interpõe apelação apenas contra a determinação da obrigação de fazer, no vigésimo dia útil do prazo. Após, o juízo a quo inadmite o recurso pela intempestividade e falta de preparo.

O que o Procurador do Município deve fazer e o que deve alegar?

(12 linhas)

**RESPOSTA**

1.	
2.	
3.	
4.	
5.	
6.	
7.	
8.	
9.	
10.	
11.	
12.	

**DIREITO ADMINISTRATIVO**

**Questão 1.**

Marcus, servidor público federal, foi processado pela prática de ato de improbidade administrativa que causou lesão ao erário, sofrendo as seguintes penalidades: perda dos bens e valores acrescidos ilicitamente ao seu patrimônio, multa civil, perda da função pública e suspensão dos direitos políticos por 10 anos. Ocorre que, quando do trânsito em julgado da sentença, Marcus já havia se aposentado.

Comente o caso hipotético narrado, mencionando se as sanções aplicadas a Marcus estão de acordo com a Lei de Improbidade Administrativa, e como sua aposentadoria influencia em tais sanções.

(12 linhas)

**RESPOSTA**

1.	
2.	
3.	
4.	

5.	
6.	
7.	
8.	
9.	
10.	
11.	
12.	

## Questão 2.

Marina, deputada estadual, em sessão oficial na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, fez falsas acusações contra Leandro, dizendo que ele era “ladrão” e “traficante de drogas”. Leandro então propôs uma ação contra o Estado do Rio de Janeiro, pleiteando uma indenização por danos morais em razão das calúnias proferidas por Marina. Comente acerca da responsabilidade civil do Estado no caso, explicando também qual a teoria adotada pelo Estado brasileiro sobre o tema.

(12 linhas)

## RESPOSTA

1.	
2.	
3.	
4.	
5.	
6.	
7.	
8.	
9.	
10.	
11.	
12.	

# DIREITO CONSTITUCIONAL

## Questão 1.

Com a promulgação da Emenda Constitucional 131, de 3 de outubro de 2023, o art. 12 da CF/88 foi alterado. À luz desse novo texto constitucional, da jurisprudência do STF e da doutrina, responda:

- a) Quais são as hipóteses atuais de perda da nacionalidade brasileira?
- b) A simples aquisição de outra nacionalidade por brasileiro nato provoca perda automática da nacionalidade brasileira? Por quê?

(12 linhas)

## RESPOSTA

1.	
2.	
3.	
4.	
5.	
6.	
7.	
8.	
9.	
10.	
11.	
12.	

## Questão 2.

As Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) possuem poderes próprios de investigação, equiparados aos das autoridades judiciais.

À luz da Constituição Federal e da jurisprudência do STF, responda de forma fundamentada:

- a) Quais são os principais poderes e limitações constitucionais das CPIs?
- b) É possível que uma CPI quebre sigilos e convoque investigados para depor? Quais são os limites?

(12 linhas)

**RESPOSTA**

1.	
2.	
3.	
4.	
5.	
6.	
7.	
8.	
9.	
10.	
11.	
12.	

**DIREITO CIVIL****Questão 1.**

Há 12 anos, João mora em um apartamento de 150 m<sup>2</sup>, na cidade do Rio de Janeiro, que está registrado em nome de Pedro. João não é proprietário de nenhum outro imóvel, nem urbano e nem rural, e está exercendo posse justa, mansa e pacífica, mas de má-fé. Sobre o caso hipotético, responda se João faz jus a alguma modalidade de usucapião e, além disso, qual a forma correta de alegá-la.

(12 linhas)

**RESPOSTA**

1.	
2.	
3.	
4.	
5.	
6.	
7.	
8.	
9.	

10.	
11.	
12.	

## DIREITO EMPRESARIAL

### Questão 1.

À luz da Lei nº 11.101/2005, das alterações promovidas pela Lei nº 14.112/2020, bem como da jurisprudência consolidada do Superior Tribunal de Justiça, explique:

- Quais efeitos a decretação da falência ou o deferimento do processamento da recuperação judicial produzem sobre prescrição, execuções e atos constitutivos;
- Se tais efeitos alcançam ou não a execução fiscal, indicando o fundamento legal;
- Qual é o alcance da competência do juízo da recuperação judicial para atuar sobre atos de constrição praticados no juízo fiscal;
- Em que hipóteses o STJ entende configurado – ou não – o conflito positivo de competência entre juízo da recuperação e juízo da execução fiscal.

(12 linhas)

### RESPOSTA

1.	
2.	
3.	
4.	
5.	
6.	
7.	
8.	
9.	
10.	
11.	
12.	

## DIREITO FINANCEIRO

### Questão 1.

O município do Rio de Janeiro publicou edital para concurso público para o cargo de analista interno prevendo 30 vagas, o número de cargos vagos existentes para nomeação. Após a realização do certame e dias após a homologação do resultado, ocorreu a extinção de 10 cargos de analista interno, uma vez que o ente federativo havia extrapolado o limite prudencial de gastos com pessoal previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Neste contexto é possível que o município deixe de nomear os candidatos aprovados além da vigésima posição no concurso? Há violação ao entendimento do Supremo Tribunal Federal sobre o direito subjetivo à nomeação?

(12 linhas)

### RESPOSTA

1.	
2.	
3.	
4.	
5.	
6.	
7.	
8.	
9.	
10.	
11.	
12.	

## DIREITO TRIBUTÁRIO

### Questão 1.

O Município do Rio de Janeiro, em debate sobre implementação de novas fontes de receita para políticas sociais, cogita a edição de lei municipal instituindo "contribuição sobre patrimônio elevado" incidente sobre o patrimônio líquido de pessoas físicas superior a R\$ 10 milhões, com destinação específica para financiar programas de combate à pobreza e desigualdade social. O Secretário Municipal de Fazenda consulta a Procuradoria sobre a viabilidade jurídica da proposta, argumentando que: (i) a União jamais instituiu o

imposto sobre grandes fortunas previsto no art. 153, VII, da CF/88; (ii) passaram-se mais de 35 anos desde a promulgação da Constituição sem que o Congresso Nacional editasse a lei complementar regulamentadora; e (iii) o Município precisa de recursos adicionais para cumprir seus objetivos constitucionais de redução de desigualdades.

Na qualidade de Procurador do Município, elabore uma resposta jurídica fundamentado sobre a viabilidade constitucional da proposta e eventuais consequências da omissão legislativa federal.

(12 linhas)

#### **RESPOSTA**

1.	
2.	
3.	
4.	
5.	
6.	
7.	
8.	
9.	
10.	
11.	
12.	

## **DIREITO DO TRABALHO E PROCESSUAL DO TRABALHO**

#### **Questão 1.**

A Lei nº 6.019/74 é hoje o principal diploma a reger a terceirização de serviços no Brasil, trazendo, dentre outros assuntos, disposições acerca dos direitos dos empregados terceirizados.

Paralelamente, a jurisprudência constitucional tem debatido os limites e contornos relativos a tais formas de contratação.

Considerando esse cenário normativo e jurisprudencial, discorra sobre a possibilidade de equiparação salarial entre trabalhadores terceirizados e empregados diretos da empresa tomadora.

(12 linhas)

#### **RESPOSTA**

1.	
2.	
3.	
4.	
5.	
6.	
7.	
8.	
9.	
10.	
11.	
12.	

## DIREITO PREVIDENCIÁRIO

### Questão 1.

O segurado do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) que obtiver a sua aposentadoria poderá, mesmo assim, permanecer exercendo atividades laborais? Fundamente sua resposta e destaque eventuais exceções, se existirem.

(12 linhas)

### RESPOSTA

1.	
2.	
3.	
4.	
5.	
6.	
7.	
8.	
9.	
10.	
11.	

12.